

**O *Eidolon*<sup>1</sup> do Homem no Cangaço Contemporâneo, de Políbio Alves**  
**The *Eidolon* of the man in the Contemporary Cangaço, of Políbio Alves**

Ricardo Magalhães Bulhões<sup>2</sup>

Roque Nunes da Cunha<sup>3</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**Resumo:** Este texto busca debater, na narrativa do escritor paraibano Políbio Alves, a partir dos romances *A Leste dos Homens* e *Os Ratos Amestrados Fazem Acrobacias ao Amanhecer*, os temas do cangaço e da violência no sertão nordestino. De caráter memorialista, a narrativa rápida e vibrante dessas duas obras apresenta um *status quo* de mundo com sinal trocado. Políbio Alves revisita o tema do cangaço e da violência do cangaceiro através de imagens refletidas no espelho, cuja perenidade tende a se esgarçar à medida que a narrativa vai-se desenrolando e resgatando um tema ainda polêmico em uma contradição que nega a mítica do progresso, do homem cordial e da paz social, ainda decantada na sociedade atual. Nesse sentido, o autor contemporâneo escreve não somente para evitar que essa memória se apague, mas também para não “morrer de silêncio” diante de um mundo que, apesar de suas transformações, ainda mantém estruturas socioculturais centenárias de exclusão e poder.

**Palavras-Chaves:** Cangaço; Violência; Memória; Narrativa

**Abstract:** This text seeks to debate, in the narrative of the paraiban writer Políbio Alves, from the novels *A Leste dos Homens* and *Os Ratos Amestrados Fazem Acrobacias ao Amanhecer*, the themes of cangaço and violence in the northeastern hinterland. Of a memoirist character, the quick and vibrant narrative of these two works presents a status quo of the world with a changed sign. Políbio Alves revisits the theme of “cangaço” and “cangaceiro” violence through images reflected in the mirror, whose continuity tends to wear off as the narrative unfolds and rescues a still controversial theme in a contradiction that denies the myth of progress, of cordial man and of social peace, still enshrined in today's society. In this sense, the contemporary author writes not only to prevent this memory from being erased, but also not to “die of silence” in the face of a world that, despite its transformations, still maintains centenary socio-cultural structures of exclusion and power.

**Keywords:** Cangaço; Violence; Memory; Narrative

**Recebido em 22 de setembro de 2022.**

**Aprovado em 10 de novembro de 2022.**

---

<sup>1</sup> No contexto discursivo deste texto, utilizamos o termo *Eidolon* na sua acepção original grega, isto é, o reflexo no espelho, com todos os sinais trocados.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Literatura e Vida pela Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Literários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. E-mail: ricardo1@ufms.br

<sup>3</sup> Doutorando em Estudos Literário da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas -, Mestre em Estudos Literários. Professor da Rede Oficial de Ensino de Mato Grosso do Sul. E-mail: roque50cunha@gmail.com

## O Homem no Cangaço

A análise que ora iniciamos sobre o papel do cangaço a partir de dois romances do escritor paraibano Políbio Alves (*Os Ratos Amestrados Fazem Acrobacias ao Amanhecer*-2015 e *A Leste dos Homens* -2017), e tema recorrente no romance nordestino das décadas de 1930/45, parte do pressuposto de que a obra literária, ao refletir processos históricos e políticos, apontar para percepções simbólicas e apresentam referências históricas, políticas, culturais, não estão isoladas como uma bolha no tempo. Uma das formas de tentar compreender os caminhos da ficção regionalista da atualidade, a partir de duas obras específicas, é voltar um pouco os olhos para aqueles (ficcionalistas, críticos, teóricos) que, desde *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, trataram de um tema que passou a ocupar espaço significativo nas letras nacionais e a fazer parte da formação da literatura canônica brasileira: o cangaço.

Embora se possa falar da legitimidade de uma crítica imanentista “pura” – por assim dizer –, ou seja, a que se interessa pelo texto literário *per se*, os estudos de vertente sociológico-marxista que buscam avaliar as condições de gestação de uma obra podem tanto trazer contribuições para a própria fruição dessa obra, quanto indicar a importância da verificação de que a obra literária não está isolada como uma bolha no tempo, mas reflete processos históricos e políticos. O foco desta discussão é debater o tema do cangaço e do cangaceiro nas obras citadas acima, com o propósito de analisar como o ficcionalista revisita o tema e o apresenta como um reflexo no espelho para a dinâmica da contemporaneidade.

Nesse reflexo, os sinais estão trocados, as vivências aparecem tão opostas a si mesmas que permitem ver como as fronteiras de ação do homem entre o certo e o errado são tênues, como as ações são marcadas, ou por glória, ou por vilania, a depender do ambiente em que se encontram. Políbio Alves, ao apresentar um mundo espelhado, mas que traduz a realidade social e cultural do Brasil, com todas as suas contradições, desmistifica discursos que consagram rótulos como “país de democracia racial”, “paz social” e ainda exprime sua visão e concepção de que o país necessita mudar, que precisa encontrar-se com seu passado, compreendê-lo e superá-lo. A única alternativa de sinal trocado a esse paradigma apresentado pelo artista é ““morrer de silêncio”” (ALVES, 2011).

Antes de nos aprofundarmos nas discussões aqui propostas, é necessário buscar uma definição para os termos “cangaço” e “cangaceiro”. O dicionário Aurélio (2012) traz algumas definições para a palavra cangaço como: bagaço de uva, apetrechos de casa de gente pobre, peça de madeira (canga) usada para prender bois de carga em um carro de boi. Já o dicionário etimológico Houaiss (2020), além das mesmas definições traz um sinônimo equivalente, o “engaço”, corruptela de bagaço, na fala simples do homem do sertão. Para cangaceiro, têm-se os termos bandoleiros, bandidos, malfeitores, mas um especial: aquela pessoa que carrega um monte de tralhas e apetrechos envoltos no pescoço, como se fosse uma canga.

Neste caso específico, devem-se deixar de lado as acepções semelhantes ao termo “bandoleiro”; entretanto, como ele remonta ao termo bandola que, diferente da canga, ia a tiracolo do cangaceiro, este fazia parte do traje do cangaceiro e dos bandos que circularam pelo nordeste entre 1870 e 1940. Araújo Sá (2010) aponta, inclusive, o ano de 1940, como sendo a data final do cangaço como chegou até nós, marcando a morte de Corisco, ou Diabo Loiro, como sendo o desfecho desse fenômeno social, apesar de muitos cangaceiros sobreviverem até o final do século XX como cidadãos comuns nas cidades nordestinas.

## **2 Cangaceiros, Jagunços e Pistoleiros**

O fenômeno do cangaço e do cangaceiro, segundo Pedro Dias (2019), é fruto de um processo socioeconômico que remonta ao processo de colonização do Brasil no século XVI, ao qual Caio Prado Junior (2003) buscou demonstrar na sua obra *Formação Econômica do Brasil* quando analisou o processo de adensamento populacional, principalmente no Nordeste do Brasil, como regime de sesmarias e Capitânicas Hereditárias.

Nesse processo de adensamento populacional, com o passar dos anos, a posse da terra ficou concentrada nas mãos de poucas pessoas, o que jogou uma significativa parcela populacional na miséria e na marginalidade. Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (2000), obra de fôlego, analisa as relações humanas no substrato de formação espacial do Nordeste. Porém, não se aprofunda na zona do semiárido, ou mesmo na caatinga, mas apenas na zona litorânea. Ainda assim, Freyre debate como ocorreu o adensamento populacional nas terras de massapê, onde havia os terrenos mais férteis, com a tentativa de se reproduzir um sistema de suserania e vassalagem, sem a

figura de um rei, mas a de um “senhor de engenho” – praticamente um governante absolutista de suas terras – e seus parceiros, pessoas que moravam de favor em suas terras e pagavam o *laudêmio*, ou seja, o tributo por morar naquela terra, com trabalho na lavoura de cana, ou outra forma de compensação ao senhor do engenho.

Graciliano Ramos (2014), em artigos sobre o fenômeno do cangaço no Nordeste, aponta-o como um fenômeno socioeconômico, haja vista as relações sociais daquele substrato geográfico permitir esse tipo de interpretação. Mesmo assim, Ramos não usa condescendência para o fenômeno do cangaço. Muito pelo contrário. Apesar de compreender sua origem e natureza, não deixa de classificá-lo como bandidagem, e os cangaceiros como seres monstruosos e vis.

Basicamente, pode-se dizer que há grandes diferenças, não somente de organização, de orientação, mas também de ideologia sobre o cangaço, o jaguncismo e a pistolagem como fenômenos sociais. O cangaço não tem origem nas camadas mais pobres da população, segundo informa Araújo Sá (2010). Segundo esse pesquisador, a maioria dos cangaceiros vinha de famílias medianas, com posses, principalmente de terras, mas que não estavam na elite fundiária do Nordeste. Esses cangaceiros, geralmente, entravam nos bandos em função de crimes cometidos, e não eram quaisquer crimes, mas os que abrangiam desagravo à honra, vingança em nome da família e revolta pela manutenção da terra. O cangaço possuía uma vida independente, sem ligação direta, ou mesmo subordinada a um chefe político. Ainda que bandos como o de Antônio Silvino e mesmo o de Lampião pudessem fazer “acordos”, “troca de favores” com algum coronel ou agentes da igreja, como padre Cícero Romão Batista, sua vida não se ligava a esses chefes políticos.

O cangaço se desenvolveu com independência de qualquer chefe político, militar, ou mesmo religioso. Sua atuação era delimitada pela vontade do líder do bando, ou mesmo pelas conveniências do bando em relação à polícia, também chamada de “macacos”, ou “mata-cachorro”. Essa independência do cangaço em relação ao *establishment* regional deu mobilidade aos bandos por todo o semiárido nordestino e ampliou seu raio de ação e de mistificação de seus líderes como alguém de “corpo fechado” e imune a balas, facas e picadas de animais peçonhentos e que sobrevivem na literatura de cordel até o presente.

O cangaceiro, ainda segundo Araújo Sá (2010), era um homem com alguma formação escolar, cuja família estruturada sofreu algum tipo de desonra. Para se firmar

como alguém “de nome”, ou alguém que “fez algo que deu o que falar” (ARAÚJO SÁ, 2010, p. 107), entrava no cangaço. Prova disso é que Petrônio Domingues (2017), ao fazer sua análise sobre Manoel Luiz de Jesus, também conhecido como Corisco Preto no interior de Sergipe, traz à tona informações sobre Cristiano Gomes da Silva Cleto, o Corisco, ou “diabo loiro”. Domingues informa que Cristiano Gomes era branco, loiro de olhos verdes e filho de um coronel do Exército, com posse de terras em Sergipe e na Bahia. Letrado, educado e desenvolvido, as informações sobre a entrada de Cristiano Gomes no cangaço são desencontradas. Uns dizem que ele matou um fazendeiro por desonrar sua irmã, outros afirmam que foi por causa de brigas pela posse de terras. Sobre Corisco, as fontes de informações são movediças no que tange a esse tema, porém o que se sabe é que dada à sua coragem, valentia e ousadia, muitas vezes chegando à temeridade, tornou-se o lugar-tenente de Lampião e, depois da morte do primeiro, virou referência do cangaço até sua morte, em 1940.

Diferentemente do cangaceiro, o jagunço, na visão de Marcos Clemente (2013), é fruto da extrema pobreza e da miséria econômica e social. Fruto dos substratos mais baixos da pirâmide econômica, o jagunço tem um passado obscuro, encoberto, como se suas ações passadas fossem por demais reprováveis para serem expostas ao público.

Nesse sentido, o jagunço está ligado a uma ideologia que não é dele, mas a defende, pois precisa defender o patrão, o senhor das terras, contra invasores ou políticos, inimigos sociais desse senhor. O jaguncismo está intimamente ligado aos conflitos de terras que existiram e ainda existem no Brasil, desde a Lei de Terras, de 1850. Diferentemente do cangaço, que foi um fenômeno localizado, Tânia Serra (1990) aponta que o jaguncismo continua sendo um fenômeno nacional, ou seja, está presente em todas as regiões do Brasil. O jagunço se liga ao proprietário rural por vínculos de lealdade, de troca de favores e de proteção. Câmara Cascudo (1988), ao debater o fenômeno do cangaço, também resvala para o fenômeno do jaguncismo. Nessa discussão, aponta que o que diferia o jagunço do cangaceiro não era tanto o seu *modus operandi*, mas sua origem na criminalidade, mais especificamente.

Para Câmara Cascudo (1988), o jagunço era fruto dos delitos que, para o cangaceiro, era imperdoável, principalmente o furto e o roubo de cavalos e gado. No cangaço, poderia haver criminosos de sangue, delinquentes que ultrapassavam com facilidade a fronteira da psicopatia, mas ser acusado de roubo ou furto, no bando, era sentença de morte sem apelo ou piedade. Isso porque, dentro da dinâmica nordestina, à

época do cangaço, o cavalo e o gado leiteiro eram fonte de trabalho e sustento das famílias. Então, ser acusado de furto, ou de roubo de cavalo ou gado era visto como um ato de traição à própria filosofia original do cangaço na época de Antônio Silvino.

O jaguncismo, por sua vez, encontrava o elemento humano para a sua existência na ““ escória ”” da sociedade (CASTRO, 2016, p. 37), ou, mais especificamente, nos cidadãos inexistentes para a estrutura social, delinquentes, em sua maioria, que praticavam todo tipo de crime e encontravam proteção no poder econômico e político de algum fazendeiro. Em sinal de gratidão e lealdade, passavam a ser o braço operante desse fazendeiro, ou chefe político que dominava determinada região.

Victor Nunes Leal (2000), em sua obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, apontou com propriedade a gênese do processo do jaguncismo, datando-o como anterior ao fenômeno do cangaço. Aliás, para Leal, o jaguncismo foi um desdobramento da criação da “Guarda Nacional” no período de Reino Unido e que, no quartel final do Segundo Império, e mais pontual na República Velha, sustentaram a estrutura estatal do país e caracterizaram o conceito de republicanismo brasileiro.

Acrescente-se, ainda, que o jaguncismo faz parte do sistema patriarcalista e patrimonialista que Sérgio Buarque de Holanda (2003) debateu na obra *Raízes do Brasil*. Com o uso de uma metodologia sociológica webberiana, Holanda buscou encontrar as causas primárias que configuram a nação como ela é, principalmente nos seus aspectos patriarcais e patrimoniais. É dessa discussão que surge o conceito do “homem cordial”, que o autor emprega como sendo a marca distintiva do brasileiro. Por essa interpretação, a cordialidade não se assemelha com pacifismo, renúncia ao conflito, ou mesmo espírito pacificador. É, na verdade, o cacoete herdado de confundir o público com o privado, a ligeireza em misturar o que é público, ou de todos, com aquilo que é particular.

Por essa concepção, se há uma massa a ser mandada deve, obrigatoriamente, haver uma personalidade forte, quase uma quintessência do poder perfeito que comanda essa massa e a leva a uma era de ouro. O detentor desse poder está sempre certo e tudo o que faz deve ser em benefício daqueles que estão sob sua proteção. Essa força teria o poder de trazer justiça ao mundo, eliminar a quem ela se opõe ou aqueles que dela discordam. Busca-se uma espécie de “César Moderno” nesse desdobramento das raízes do Brasil analisado por Holanda (2003). É nesse ambiente que remonta às origens do que Raymundo Faoro (2001) chamou de “estamentos” nacionais, que o jaguncismo

floresceu e se consolidou mais no interior, nos pequenos e médios centros urbanos e se firmou como um fenômeno social com menos deslocamento espacial, mas tão violento e letal quanto o cangaço foi no Nordeste.

Por fim, a pistolagem foi e é um fenômeno que também frutificou de uma organização desigual da sociedade brasileira, porém com um diferencial evidente: o pistoleiro é o que, na atualidade, poderia ser chamado de *freelancer* a serviço do banditismo puro e simples. Porém, também tem suas raízes profundas no modo de organização da sociedade e sempre se liga a crimes de sangue, ou mesmo de vingança.

José Lins do Rego, em *Fogo Morto* (2012), lançado em 1953, ao descrever a vida de Mestre José Amaro, relata como ele foi parar nas terras do Santa Fé, do Coronel Lula de Holanda. Ainda menino, sua vida deixa entrever, sub-repticiamente, que seu pai era fugitivo da cidade natal por ter dado morte a alguém. Contudo, Rego não deixa claras as circunstâncias dessa morte, ou mesmo os seus desdobramentos, apenas indícios deixados na obra levam a crer que se tratava de morte por pistolagem.

O pistoleiro é comparado mais comumente com o cigano. Pessoa de vida errante, sem paradeiro, sem descanso, indo de um lugar a outro, vendendo seus serviços de morte e extermínio a quem pagar mais pelos seus serviços. Em *Lisbela e o Prisioneiro* (2012), lançado em 1963, obra de Osman Lins, a presença do pistoleiro Frederico Evandro é sintomático do mundo e da condição sociológica desse fenômeno. Apesar do viés carnavalesco impresso por Lins na figura de Frederico Evandro, também conhecido como Vela de Libra, sua dinâmica de atuação é representativa da diferença entre o cangaceiro, o jagunço e o pistoleiro.

### **3 Cangaceiros e Cangaços na Modernidade e na Contemporaneidade Literária**

A temática do cangaço não se extinguiu com o tempo e com o desenvolvimento econômico social brasileiro, mesmo nas regiões mais entranhadas do semiárido nordestino. Para Simão Pedro dos Santos (2015), em sua tese de doutoramento, o cangaço ainda resiste na literatura de cordel, no cancionero popular e nas histórias orais contadas em noite de São João ao redor da fogueira. Para o pesquisador, o cangaço é um traço distintivo de uma era em que a industrialização e a manutenção do modo de vida das pessoas se digladiavam pela hegemonia econômica e cultural. O cangaço sempre esteve voltado para esse Brasil agrário tradicional, quase não aceitando o avanço da modernidade, das máquinas e da produção em larga escala.

Entretanto, é sintomático que, quando na literatura se deu o auge do cangaço em obras da literatura regional, ele já estava em franco declínio. Araújo Sá (2010) pontua, ainda que de forma colateral, duas fases distintas do cangaço ocorreram no Nordeste do Brasil. Aliás, chega a definir que o cangaço real, teve um espaço geográfico de atuação limitada na fronteira entre a Bahia e Sergipe. O que passou dessa área ele o denomina como jaguncismo. No entanto, se for levado em consideração que os cangaceiros não se limitavam a um determinado espaço, forçoso é discordar de Araújo Sá. Mesmo porque há registros históricos de andanças de Antônio Silvino e Lampião no Ceará, em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

E, por fim, chega-se à obra de Políbio Alves na mesma temática do cangaço no substrato da sua Paraíba natal. Apesar de estudiosos, como Isaura Maria de Queirós (1992), apontarem o espaço geográfico do cangaço apenas no nordeste da Bahia e sul de Alagoas, em uma faixa estreita na fronteira desses dois estados, Santos (2015) vai além dessa assertiva e pontua o fenômeno como sendo comum a todos os estados do Nordeste do Brasil. É nesse contexto que a obra de Políbio Alves, basicamente seus contos, nas obras *Os Ratos Amestrados Fazem Acrobacias ao Amanhecer* (2015) e *A Leste dos Homens* (2017), trazem a visão narrativa sobre o espaço e o ambiente do cangaceiro contemporâneo para a literatura.

Pelegri (2013), ao analisar a cultura brasileira e a marca da violência que marcam essa cultura, aponta a existência de uma visão monolítica da cultura geral, que coloca em campos opostos as diferenças socioeconômicas da sociedade e é utilizada como divisor daquilo que é bom e daquilo que é marginal. Então, toda cultura – e aqui a produção literária também está inclusa – que não se adéqua a esse padrão social é marginal e violenta. Nesse sentido, a obra de Políbio Alves resgata esses mesmos valores ditos marginais, num reflexo deles mesmos na literatura contemporânea.

Estudando as narrativas contemporâneas, Florência Garamuño (2015) estabelece um lugar de ser dessas narrativas em relação ao espaço e ao ambiente, criando a expressão “narrativas mutantes”, em que a ideia de uma posição fixa de narrador e personagens não é predeterminada, movimenta-se e se desdobra em tantas outras funções, visões e posicionamentos que um leitor que se fixa no cânone teórico tradicional dificilmente compreende essa mutação de tempo, espaço e ambiente. É o mesmo que ocorre no texto de Pelegri (2013) a respeito da cultura e violência no Brasil na contemporaneidade.



A concepção inicial de Alves a respeito do cangaço em sua obra é uma alegoria de sinal trocado, em que “os macacos”, os “mata-cachorro” assumem o papel do cangaceiro, na sua vertente mais animalésca. A classificação que mais se aproxima da ambientação dada por Alves ao cangaceiro não seria o animalésco, mas sim o *Thereon* – em grego o termo significa monstro, besta inominável –, já que se apresenta

[...] de fisionomia repugnante, olhos tristes, a cada momento avançam em passos largos pelas esquinas, becos, ladeiras da cidade. [...]. Desde o cerco à cidade, eles aparecem paramentados com bombas de combate, cães selvagens...Uma vez que, com seus bafos reviravam as tranquetas das portas. Aí, então, só se ouvia o uivo descontrolado das feras enfurecidas avançando sobre as pessoas (ALVES, 2017, p. 27).

E vai mais além, demonstrando como essas bestas-feras atuam em um ambiente de tensão, de medo e de instinto de sobrevivência:

Ao alvorecer, os homens de coturnos, sobretudo os de alvíssimas plumas brancas nos capacetes dourados reaparecem ao toque da artilharia. Eles se encontram onde ninguém mais possa imaginar. Por certo em salas de aula, em cantorias de viola, nos velórios, nas igrejas e nos rituais de umbanda. E até se posicionam às margens do porto, depois de exaustivas sessões de torturas e assassinatos (ALVES, 2017, p. 31).

O cangaceiro, em Políbio Alves, adquire a mesma adjetivação empregada por Graciliano Ramos (2020), a besta-fera impiedosa, sanguinária, agindo pelos seus instintos e sem nenhum traço de humanidade. Esse cangaceiro se aproxima do cangaceiro que Petrônio Domingues (2017) apresentou quando de sua análise sobre Manoel Luiz de Jesus, o “Corisco Preto”, que assolou o interior do Sergipe. Apresentava-se como do bando de Lampião, exigia dinheiro, ouro e joias. Caso não fosse atendido, sua vítima poderia esperar a castração, o esfolamento ou, num lampejo de misericórdia, a morte pelo sangramento da jugular.

A descrição que Políbio Alves faz do cangaceiro contemporâneo não foge à extravagância do cangaceiro descrito por José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Guimarães Rosa. Se aquele cangaceiro do início do século XX se apresentava com vários “bentinhos”, “escapulários”, patuás, correntes, enfeites variados no chapéu de couro e nos gibões que usavam para enfrentar a espinhenta caatinga, os de agora se apresentavam com “ [...] capacetes dourados com alvíssimas plumas e as brilhosas crinas de cavalos negros – em sua maioria – amestrados, se multiplicaram em todos os recantos da cidade ”” (ALVES, 2017, p. 47).

Mas não era somente na extravagância de suas vestimentas que esses cangaceiros contemporâneos se assemelhavam aos de outrora. Tal como estes, principalmente em termos de violência, como fazia o bando de Lampião, voltando sua ira para seus desafetos, os cangaceiros de hoje:

[...] apresentavam algumas particularidades. É que, de repente, puxaram o zíper das braguilhas. E quase ao mesmo tempo acionaram os gatilhos obrigando as pessoas a se ajoelharem, foi quando enormes testículos com suas peles moles, se multiplicaram sobre o rosto das pessoas confinadas. E urinaram, repetidas vezes, nos olhos e na boca dos amotinados [...] Nessa altura dos acontecimentos, já estava em curso, de uma sentada só, a brutalidade dos pontapés direcionados às pessoas (ALVES, 2017, p. 50).

O cerimonial da humilhação pública não é uma novidade desse cangaço contemporâneo, mas sim uma revisitação do cangaço que Araújo Sá (2010) descreve e que Petrônio Domingues (2017) reforça nas análises feitas na literatura da época. Se o bando de agora utiliza a urina como forma de arrasar a moral do outro, para os de outrora, do bando de Lampião, do “diabo loiro”, ou mesmo do Corisco Preto, a forma de humilhação suprema era o estupro das moças das fazendas e das casas daqueles que serviam ao coronel pelo qual o cangaceiro tinha antipatia.

Deve-se voltar à noção de que a honra, principalmente a honra da moça virgem era algo quase sagrado, e que uma mulher não virgem, não importando de que forma ela chegara a essa condição, ficava marcada e era indigna de casamento, sendo desprezada até mesmo pelos mendigos e ladrões de galinha das cidades ou vilas onde viviam. Eram marcadas como indignas, manchadas e impróprias para serem donas de casa e mães de família.

Em *Os Ratos Amestrados Fazem Acrobacias ao Amanhecer* (2015), Políbio Alves estabelece uma narração mais visceral sobre o cangaço contemporâneo, nunca atribuindo nomes ou apontando uma individualidade reconhecível. Toma as características genéricas para dar identidade a uma “persona” e uma singularidade para definir o conjunto de *thereon* – bestas-feras -, que se apresentam no percurso narrativo. Na descrição dos eventos dessa obra, de forte viés memorialista, o foco se estabelece na visão do cangaço, isto é, no olhar do cangaceiro para a realidade do mundo.

Se Riobaldo, em *Grandes Sertões: Veredas* se apresenta como o misto de cangaceiro e jagunço que olha para seu passado e reflete sobre os caminhos que a sua vida tomou e as escolhas feitas, a figura de Diadorim – mais tarde Rachel de Queiroz

também vai usar o elemento feminino dentro de uma narrativa de cangaço -, revela-se perdida nos reDEMOInhos da vida, Alves (2015) fixa a descrição do cangaceiro em um simulacro do Diabo Loiro – Corisco:

Os olhos azuis empreenderam uma viagem atemporal em meio à desolação dos corpos. É a primazia da contemplação. Nada mais do que desvendar um arrazoado de súbitos, em rodízio de afago, tão comum nas noites de solidão. Pode-se dizer, avassalado da sociedade. Esses pequenos detalhes, mais um pormenor a um aparato circunstancial, tornando a impressão que se originou mais instigante. A cada momento, renhida, por inteira, no apogeu do cinismo mais precioso (ALVES, 2015, p. 27).

Não há sentimento, não há remorso, não há pudor nesse cangaceiro. Seus olhos azuis são frios, detém aquela mesma frialdade de uma campa de cemitério. Nenhuma expressão, nenhuma humanidade, nenhuma empatia. O que há, nesse ambiente de descrição desse cangaceiro, é apenas o vagar temporal, amoral, desprovido de qualquer sentimento e desprovido de qualquer senso de humanidade. Quase um autômato guiado por um programa frio.

A narrativa de Alves (2017) sobre o cangaço devolve essa figura romanceada à dimensão bestial, o foco da realidade na escrita contemporânea. O homem no cangaço, na narrativa de Políbio Alves, é a besta-fera amoral, ignorante, violenta e sem um pingão de compaixão para seus semelhantes.

#### **4 O Eidolon no Cangaço de Políbio Alves**

Desde o começo deste trabalho partiu-se de uma ideia fixa sobre a questão do *eidolon*. Na língua grega do primeiro século, este vocábulo se referia à imagem refletida no espelho com todos os sinais e movimentos contrários daquilo que se observa na realidade, ou seja, uma imagem daquilo que se toma como sendo real e se condensa nessa imagem. Do *eidolon* origina-se a palavra ídolo, todavia esta busca aglutinar todas as características positivas do real que se quer retratar e perpetuar. A imagem condensada em outro material que não a própria pessoa tende a ter um caráter de perpetuidade, de imutabilidade, mesmo que o objeto, pessoa, ou a coisa retratada se esgarce, mude com o tempo ou se esgote.

Ao contrário do ídolo, o *eidolon*, em sua acepção mais primária, é apenas a imagem com sinal trocado que uma pessoa, um objeto, ou a coisa em si tem. Sofre com as mesmas transformações e com os mesmos desgastes que o objeto do reflexo sofre.

Ele muda, ele envelhece, ele se desgasta, porque não tem como fixar essa imagem. No *eidolon*, o reflexo é temporal. Só existe enquanto o real está diante do espelho. Só se movimenta enquanto o real se movimenta, mas com todos os sinais invertidos.

Políbio Alves, ao tratar do tema do cangaço nas duas obras trazidas para este debate, apresenta o cangaceiro com essa mesma característica. Todavia o cangaceiro que ele apresenta não é o homem espoliado que teve a honra aviltada, mas, num contexto socioeconômico, aquele sujeito que luta pela sobrevivência e tem na marginalidade sua única forma de ter seu nome lembrado. O *eidolon* de Políbio Alves é o soldado militar, o corpo de segurança militar brasileiro.

Políbio descreve esse “cangaceiro refletido” na sua narrativa: são homens de roupa cáqui, com capacetes dourados ornados de alvíssimas plumas brancas em meio ao tropel desordenado dos cavalos. É fato que o Nordeste do Brasil é a única região em que o uniforme do soldado é cáqui e não verde-oliva. Porém, em tempo algum, fez parte dessa vestimenta o capacete dourado com plumas brancas no topo, nem em uniforme de gala, de combate, ou no cotidiano de praças e oficiais.

Ao trazer essa alegoria para a vida do soldado, Políbio Alves demonstra que, no mundo de sinais trocados, o soldado assume o papel extravagante outrora assumido pelo cangaceiro. Mas, ao contrário daquela visão romanceada que Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa debatem a respeito do cangaço, nesses apresentados por Alves há apenas a quintessência do “corisco preto” ultradimensionado e desprovido de qualquer outro sentimento. O soldado é reflexo daquilo que ele mais caçou com paixão ao longo dos quarenta primeiros anos da república brasileira. O cangaço deixou de ser a parte que causava repugnância ao militar e passou a fazer parte de sua vivência. Políbio Alves aponta uma assimilação por osmose da violência do cangaço na figura do soldado, mas esta só pode ser vista a partir de um reflexo no espelho.

Em *A Leste dos Homens* (2017), a descrição do modo como os soldados invadiram a cidade de João Pessoa na semana do golpe militar evoca o espaço que desnuda um ambiente de tensão, medo da morte, insegurança e cuidado por parte da população, ao mesmo tempo em que põe à vista, ou coloca diante do público a dinâmica de atuação do militar. Este se tornou a besta-fera que Graciliano Ramos cunhou para o cangaceiro que desbordou daquela fase romanceada apontada em *Menino do Engenho* e *Fogo Morto*, para a violência e o morticínio expresso em *Cangaceiros*.

O soldado-cangaceiro, em Políbio Alves, traz à luz da narrativa de ficção um movimento de mutabilidade das posições sociais estabelecidas no substrato nacional. Para essa nova caracterização, não cabe o famoso “apanhar de governo não é desfeita”, dita a Fabiano (RAMOS, 1938, p. 48). Nesse caso, os “macacos” despem-se de seu papel de cumpridores de ordens e leis, ainda que leis injustas, se vistas da contemporaneidade, e passam a encarnar o seu antípoda. A atração pela caça ao cangaceiro acabou transformando-os naquilo que é seu maior objeto de paixão. A volante e o cangaceiro mudam de posição, mudam de lado e mudam de foco de ação. É bem possível encontrar aí uma resposta para o fato de o cangaço e de o cangaceiro sobreviverem ao tempo, principalmente na literatura de cordel, mesmo não tendo sobrevivido com suas características primárias no seio da sociedade.

### **Considerações Finais**

A temática do cangaço que se buscou apresentar neste texto foi, basicamente, a tentativa de se fazer uma análise comparativa de um tópico que é bastante presente na literatura moderna do século XX, naquilo que se convencionou chamar de literatura moderna regionalista. Nessa fase da literatura brasileira, ainda se discute uma fragmentação, se houve ou não ciclos que encerravam uma mesma dinâmica: o ciclo da seca, o ciclo da cana-de-açúcar e outros, até ser superado por um ciclo de literatura urbana.

Particularmente, este texto leva a pensar em um ciclo mais abrangente para essa fase, o ciclo da violência e do cangaço na literatura regional, dada a marca mais efetiva e que mais cativou a mentalidade do brasileiro da época. E esse ciclo foi, aos poucos, migrando para uma dinâmica de romance urbano à medida que o país se industrializava e ia substituindo as estruturas de poder interioranas, sustentadas no coronelismo, por uma estrutura mais eficiente, mas não menos excludente.

Situada, principalmente no Nordeste, a literatura moderna brasileira regional trouxe a figura do cangaceiro em processo de transição, que vai da visão heroica, quase um Galahad, um dos Doze de França que acompanhavam Carlos Magno, um *gentleman*, condensado na figura de Antônio Silvino, à visão de uma figura oposta, cuja polidez, delicadeza e sentido de honra ficaram para trás. Essa condensação na figura de Lampião dá um toque particular na figura do cangaceiro, entretanto ainda não ultrapassou de todo a fronteira pura e simples do banditismo sem objetivo. Tal concretização vai se dar na

figura de Manoel Luiz de Jesus, que usa o cangaço e toda a sua filosofia de existência para espalhar violência, terror e repulsa na população nordestina.

Políbio Alves, ao retomar a figura do cangaceiro nas duas obras analisadas neste texto, não busca a visão romanceada sobre o cangaço conforme foi tomado nas obras *Menino do Engenho* e *Fogo Morto*. Apresenta o cangaceiro como um reflexo na figura do soldado, contudo traz para esse reflexo apenas o lado da besta-fera, muito bem exposta em *Cangaceiros*. Se, em *Grandes Sertões: Veredas*, Zé Bebelo é o canto da modernidade em busca de resgatar um mundo fadado a desaparecer, o soldado apresentado nas obras *A Leste dos Homens* e *Os Ratos Amestrados fazem Acrobacias ao Amanhecer* é a comparação aproximada de Hermógenes, ou do DEMÔ no reDEMOInho. A descrição do cangaço numa imagem refletida no espelho, com sinais e ações trocadas, expõe como a literatura contemporânea revisita determinados temas e os apresenta com novas visões e leituras de um assunto que resiste ao tempo, tanto quanto a pobreza, a exclusão social e a miséria resistem às fantasias de progresso e prosperidade.

## Referências

ALVES, Políbio. *Os Ratos Amestrados Fazem Acrobacias ao Amanhecer*. Mídia Gráfica e Editora Ltda. João Pessoa. PB. 2015

ALVES, Políbio. *A Leste dos Homens*. Inverta. Rio de Janeiro. 2017

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Itatiaia. Belo Horizonte. MG. 1988

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Ouro sobre Azul. 9.<sup>a</sup> Ed, Rio de Janeiro. 2006

CARNEIRO, Gabriel de Campos. *No Rastro dos Cangaceiros: em busca de novas trilhas para a apreensão de um movimento social*. Dissertação (Mestrado em História Social). UnB. Brasília. DF. 2010. 110 laudas

CASTRO, Netanias Mateus de Souza. *Cangaceiros: violência e cangaço no sertão de José Lins do Rego*. Dissertação (Mestrado em Letras). UERN. RN. 2016. 118 laudas.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Terra Ignota: cangaço e representações do sertão do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX. In: *Outros Tempos*, vol. 10, n.15, 2013

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Globo. Rio de Janeiro. 2000

DIAS, Pedro Lotti de Carvalho. O Intelectual Brasileiro e o Argumento do Cangaço na década de 1930. In: *Revista de Estudos do Instituto Brasileiro*. N. 73. Ago. 2019. P. 228-247

DOMINGUES, Petrônio. O “Corisco Preto” cangaço, raça e banditismo no nordeste brasileiro. In: *Revista História* (São Paulo), n.176, a06716, 2017

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Globo Editora. 2012

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato brasileiro*. 3.<sup>a</sup> edição. Globo. Rio de Janeiro. 2001

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Athena. São Paulo. 2000

GARAMUÑO, Florência. *Depois do Sujeito: formas narrativas contemporâneas e vida impessoal*. Apostilamento em PDF. 2015

HOBBSAWM, Eric. J. *Bandidos*. Forense. Rio de Janeiro. 1982

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Ática. São Paulo. 2020

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Cia das Letras. São Paulo, 2003

LANGARO, Jerri Antoniol. *A Presença do Cangaço em Memorial de Maria Moura e Dora Doralina*. In: *Revista de Literatura, História e Memória*. V. 2, n. 2, 2006, pp. 55 - 72

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 12ª Ed. Globo. Rio de Janeiro. 2000

LINS, Osman. *Lisbela e o Prisioneiro*. Saraiva. São Paulo. 2012

MENESES, Antônio Alan Dantas de. *O Cangaço em Fogo Morto e em Os Desvalidos*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). UFPA. Belém. PA. 2012. 89 laudas.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação Econômica do Brasil*. Globo. 5.ª ed. Rio de Janeiro. 2003

PELEGRINI, Tânia. *As Vozes da Violência na Cultura Brasileira Contemporânea* In: *Revista Crítica Marxista*. 2013

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do Cangaço*. 4. edição. São Paulo: Global, 1991

QUEIROZ, Rachel. *Memorial de Maria Moura*. José Olympio Rio de Janeiro. 1992

RAMOS, Graciliano. *Caetés*. Record. Rio de Janeiro. 1992

REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. José Olympio Rio de Janeiro. 2012

REGO, José Lins do. *Menino do Engenho*. José Olympio Rio de Janeiro. 2009

REGO, José Lins do. *Pedra Bonita*. José Olympio Rio de Janeiro. 2007

REGO, José Lins do. *Cangaços*. José Olympio Rio de Janeiro. 2000



ROSA, João Guimarães. *Grandes Sertão: veredas*. Cia das Letras. 22.<sup>a</sup> Edição. São Paulo. 2000

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Memórias de um Tempo “Brabo”: o cangaço na literatura de Francisco J. C. Dantas. In: *Revista Mosaico*, v.3, n.1, p.103-109, jan./jun. 2010

SALA, Thiaho Mio. LEBENSZTEIN, Ieda (Orgs.). *Cangaços Graciliano Ramos*. Record. São Paulo. 2014

SANTOS, Gilvan de Melo. Da Literatura de Cordel ao Imaginário da Contemporaneidade: a criação do cangaceiro urbano In: *SocioPoética - Volume 1* | Número 16 janeiro a junho de 2016. João Pessoa. PB. 2016

SANTOS, Simão Pedro dos. *Dedos Cravejados de Brilhantes, Chapéu de Estrelas Carregados: a épica do cangaceiro na literatura de cordel*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). UFRJ. Rio de Janeiro. 2015. 207 laudas.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Riobaldo Rosa: a vereda jungiana do grande sertão*. Thesaurus. Brasília. 1990